

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária

Informes

1. Envio de Ofício para DETRAE - inclusão da COMTRAE/SP enquanto parceria Sistema Ipê
2. Andamento de PL sobre Trabalho Escravo
3. Presencialidade das reuniões
4. Informes sobre casos

Pautas

1. Planejamento 2023
2. Apresentação de Regimento Interno vigente e atualizado

Participantes Governo: Bryan Rodas (CPMigTD), Núria Margarit Carbassa (CPMigTD), Jess Ferreira Silva (CPMigTD), Kauã Condense (DPS - SMDHC), Ricardo Fernandes de Menezes (SMS), Rogério Gonçalves da Silva (SME), Talita Vieira Antonio (SMRI).

Participantes Sociedade Civil: Roque Renato Pattusi (CAMI), Antônio Alves de Almeida (CAMI), Federico Marti da Rosa Fornazieri (CDHIC), Luiz Everaldo Vargas Duprat Filho (AMATRA-2), Angela Bozzon (ABVTEX), Manuela Leal Santullo (CDHIC), Camila Cristina Zelezoglo (ABIT), Aparecida Carmelita de Sousa (Sindicato das Costureiras).

Observadores/as: Alcyr Barbin Neto (ODH/ SMDHC), Rodrigo S Teruel (Repórter Brasil), Thaynah Gutierrez Gomes (Conectas DH), Silvana Abramo (NTADT- USP), Diana Soliz (Sindicato Domésticas).

Às 14h:32min do dia 09 do mês de março do ano de 2023, no endereço R. Líbero Badaró, 119, SMDHC, reuniram-se os(as) Srs.(as) representantes do Poder Público, os(as) Srs.(as) representantes da Sociedade Civil e os(as) Observadores(as) a fim de discutirem a pauta do dia. O Sr. Bryan Zelmar Sempertegui Rodas presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra. Núria Margarit Carbassa.

Núria dá início à reunião e sugere apresentações. Depois lê a pauta do dia.

Pauta nº 1: Aprovação da Ata da 76ª reunião ordinária

Núria: Apresento a ATA da 76ª reunião para aprovação. Relembrando que, por orientação da DPS/SMDHC, é solicitado que os membros presentes na reunião desta ata, assinem ou dêem um visto no campo com seu nome.

Federico pede para incluir um informe “Andamento de PL sobre Trabalho Escravo”.

Informe nº 2: “PL sobre Trabalho Escravo”

Federico: A Deputada Federal quer levar o nosso projeto de lei que foi trabalhado aqui e hoje às 16hrs eles vão começar a discutir e estruturar o PL de combate ao trabalho escravo. Então, peço desculpas por me ausentar às 16hrs. Eu vou participar dessa construção, o CDHIC está participando do GT Nacional do Ministério Justiça que objetiva estabelecer a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, estivemos presente em outras reuniões com organizações parceiras.

Núria inclui dois informes: “Presencialidade das Reuniões” e “Informes sobre casos”.

Informe nº 3: Presencialidade.

Núria: na nossa experiência, a reunião híbrida não é uma boa opção pois quando colocamos essa possibilidade, as pessoas comparecem online e deixam de comparecer presencialmente. Além disso, a discussão não é participativa. Diante da pauta sobre renovação do RI, não acredito que seja o momento de fazer reuniões online.

Finalmente, gostaria de lembrar que este Colegiado decidiu em dezembro voltar com as reuniões presenciais. As reuniões seguem sempre na segunda terça-feira do mês, com a mesma frequência, que foi decidida por google-forms pelo colegiado, em dezembro de 2022. Dá tempo para se organizar. Enquanto houver a pauta do regimento interno, a reunião deve se manter no formato presencial.

Roque: concordo plenamente. Cada organização possui dois membros, titular e suplente. Acredito que um dos dois pode estar. O debate presencial permite a discussão.

Ricardo: Concordo plenamente, a reunião virtual é para resolver coisas pontuais.

Informe nº 4: Informes sobre casos.

Núria: Gostaria de propor a retomada de uma prática de antigas gestões de incluir um informe sobre casos e sobre o fluxo.

Roque: é interessante, pois o colegiado saberá o cenário e entender o que vem acontecendo.

Bryan: quando fazíamos esses informes, era diante da estruturação do plano municipal e do fluxo. Acho importante retomar esse hábito, como mais um processo de compartilhamento para refletir esses casos.

Informe nº 4: Envio do Ofício para a DETRAE – inclusão da COMTRAE SP enquanto parceira Sistema Ipe

Bryan: Já puxo para o primeiro Informe, para refletir mais focalmente nas denúncias e protocolos a construir. Com esta solicitação, pensamos nas ações em curso como a parceria com o sistema IPE, para poder estar mais próximo dos casos e dos andamentos. A COMTRAE pode ser vista como um ator que vocês organizações possam contar e também para aqueles que não são parceiros.

Já passamos isso para o Mauricio da DETRAE e quando tivermos retorno, iremos comunicar.

Thayna: Tenho uma dúvida. Vamos poder acompanhar assim como a DETRAE?

Bryan: Sim, e isso também dialoga com o fluxo municipal.

Roque: Seria interessante se tivéssemos em mãos os contatos dos membros do poder público e dos observadores. Porque muitas vezes temos casos de resgate, como o de uma senhora que trabalhou 50 anos como doméstica e foi mandada embora com o acúmulo de várias doenças. Poderíamos ter em mãos a quem recorrer para atender esses casos de emergência, partilhar e dividir esses problemas. Se a gente tivesse o contato, teríamos pego um laudo do caso dessa senhora e agilizaria a resolução dos casos dessas pessoas.

Bryan: entendo. Os nomes e informações de contato constam no site. Mas o diálogo com outras secretarias se faz por mediação da COMTRAE. Então seria interessante visualizar a COMTRAE como intermediador desses diáçpgps, encaminha a demanda conforme o caso para a secretaria correspondente. Para ter uma simetria entre as atuações, a gente faz esse sistema para evitar que várias organizações estejam acompanhando o mesmo caso e possibilitar uma otimização de esforços.

Federico: poderíamos levantar alguns casos que atendemos no CDHIC e encaminhar para o Ministério da Justiça, seria interessante registrar essas violências e sistematizar na publicidade de São Paulo. Casos de empregadas domésticas, construção civil e outras violências. No caso do Rio Grande do Sul a gente viu casos com tortura. Acho importante desenvolver essa divulgação para mapear e entender esses casos de violência.

Núria: se ninguém mais tiver informes, podemos passar para as atas.

Roque: a Ata parece muito longa, pois transcreve literalmente todas as falas.

Bryan: eu entendo que são atas longas, mas conforme a necessidade dos conselhos

houve a demanda de ter essa forma mais minuciosamente descritas. A gente sabe que a leitura é complicada, mas permite que fique mais transparente os debates.

Núria: se puder complementar também, no final da Ata tem uma tabela com os encaminhamentos, para ficar de mais fácil compreensão essa parte.

Roque: Eu trago isso porque ao contrário, também parece uma preocupação. Pois teve um caso que foi relatado aqui, que foi para público e alguns representantes foram chamados a declarar. E aí tem o contrário, as pessoas podem ficar numa posição delicada. Coloca em risco, botando os nomes e tudo que é dito aqui.

Alcyr: são casos residuais que não são a regra.

Bryan: nesses casos pode ter um cuidado com o sigilo do informante. A regra será que sejam minúcias e se comprometer a salvaguarda de informes.

Núria: eu queria observar, que todos podem pedir para suprimir e alterar falas suas nas Atas, se eu não estou enganada.

Bryan: a gente pode pensar mecanismos.

Luís: Não personificar a informação colocada na ATA. Posso pedir para omitir o que foi dito.

Alcyr: a gente vai precisar colocar um ponto de equilíbrio. A ata é construída coletivamente e no fundo ela é votada. Se for falar um tema que pode ser motivo de represália, sinaliza em algum momento, quando fala ou antes de aprová-las.

Federico: certos trechos que podem colocar em risco o denunciante. O sigilo não fica assegurado.

Alcyr: se é denúncia da pra fazer pelo 156 e apresentar. Aqui não é o único momento em que os atores que estão aqui conversam.

Kauã: as atas de outros conselhos não são explícitas. O espaço é aberto e as informações prestadas também. Não há uma personificação. Outros conselhos discutem isso.

Federico: acho que agora no Regimento a gente pode colocar um ponto específico para esses casos.

Camila: não colocar explicitamente, a gente tem essa liberdade de omitir ou adaptar.

Bryan: acho que como o Alcyr pontuou, podemos contar com o bom senso entre todos e que nesses casos que podem surgir denúncias, as pessoas possam ser respaldadas em torno da sua personificação diante da transparência. Coletivamente a gente pode combinar uma asseguarção do informante.

Federico: por isso que eu falo que isso deve ser um parágrafo no regimento interno. Pois muda a gestão e esse combinado cai.

Bryan: O Regimento Interno não precisa ter as minúcias de todo o funcionamento do colegiado.

Pauta nº 1: Planejamento 2023.

Bryan: Mostramos aqui a matriz de planejamento de 2021 que foi encaminhada a vocês. Ela apresenta, desde a denúncia, os principais problemas que se apresentam e sugere ações/projetos, seguindo o fluxo. Qual a alternativa para resolução desses problemas? Aí foi levantado essas listas de questões e trabalhar ações. São 17 ações levantadas para implementação. Da última reunião saiu que trabalharíamos a atualização do Regimento Interno. Paralelamente a gente tem essa matriz de protocolo de atendimento a denúncias, a atualização do regimento interno, e também estamos abertos a outras ações que possam propor para incluir.

Rodrigo: No processo com a SMADS percebemos que falta na estrutura da Secretaria e nos equipamentos para orientar o pós resgate. A gente tem orientações do Ministério da Economia no Combate ao Trabalho Escravo. Com esse encaminhamento, poderíamos seguir, com um GT para elaborar esses documentos. A Secretaria da Mulher poderia estar junto.

Bryan: a sua proposta se encaixa no pós-resgate?

Rodrigo: não se tem na estrutura da Secretaria como lidar com esses casos e acho fundamental pensar nesse atendimento.

Bryan: Compreendo. Acho que é interessante, mas talvez compreender o que você diz para focalizar em mulher, né?

Rodrigo: A gente pode incluir isso como uma portaria e incluir a pauta de gênero.

Bryan: seria um protocolo de atendimento?

Rodrigo: um protocolo interno.

Federico: isso que ele colocou está previsto no projeto de lei e a perspectiva é a gente trabalhar neste protocolo. Mas a gente tá aguardando a aprovação do PL e construir isso junto com a SMADS.

Rodrigo: acho legal essa perspectiva. Mas fico pensando a médio prazo, depois de um tempo essa pessoa não precisará de um meio de assistência. Como pensar um dispositivo mais rápido?

Bryan: o que você sugere é um protocolo com a SMADS. Talvez seja interessante recapitular no segundo semestre isso.

Roque: existe o projeto “Ação Integrada” no Rio de Janeiro para receber as vítimas e fazer todo o processo de acompanhamento até o fim do caso. A pessoa resgatada passava por cuidados psicológicos e físicos. Em São Paulo, no trabalho doméstico, o CAMI em apoio com a organização de domésticas criou um sistema de pós resgate e integração.

Silvana: em Salvador também tem um projeto de pós resgate.

Manuela: No Mato Grosso tem um fundo para atendimento.

Federico: se já existe um fundo em outros estados, por que não pensarmos em articular isso para aqui?

Rodrigo: A minha preocupação é como a assistência vai acolher esses casos. Entendo que existem prioridades, mas acho interessante pensar na possibilidade de pensar em outros eixos.

Camila: achei interessante, e entendo que seria um desdobramento de uma atividade que a Repórter Brasil propôs. Só não sei se dentro dos esforços que já temos, conseguimos fazer.

Bryan: é. Isso envolve uma priorização.

Camila: o grupo não é tão pequeno, será que não dá para dividir as atividades?

Núria: também tem a cartilha e o protocolo.

Bryan: a COMTRAE tem a ciência de que são duas estruturas que vão ter que passar por Secretarias. Vai haver muita mobilização técnicas e administrativa. Só pra gente ter em mente que não é tão simples e é um super trabalho. Geralmente não envolve somente a SMADS. Em termos de inclusão social a SMADS não vai resolver isso, será a SMDDET. Pensar nisso e envolver o pós resgate também vai ser outro processo, talvez maior da denúncia. Temos que ter em mente a capacidade e as condições que temos enquanto número de pessoas, questões administrativas. Se os membros levarem em conta essas especificidades, pensar como lidar com isso posteriormente no segundo semestre.

Rodrigo: acho que podemos pensar e ir aos poucos planejar protocolos para outros atores. Pensar na assistência social que é um principal ator no pós resgate é importante.

Bryan: podemos incluir como instrumento a ser construído para o segundo semestre.

Camila: O plano do GT também ficou para o segundo semestre?

Bryan: não, seria paralelo ao processo do Regimento Interno.

Federico: todas as secretarias, saúde e assistência social já estão no texto da PL. A regulamentação vem logo no segundo semestre e isso vai coincidir. Não tá aprovado ainda mas se aprovado terá essa dependência.

Bryan: compreendo as dimensões distintas. Acho que só tem a endossar o trabalho, mas não sei se teria codependência.

Camila: mas não vai trazer isso até a COMTRAE. Queria ver como vão trazer pra cá ou não.

Federico: acho que está alinhado.

Bryan: quando disse que não acho que é codependente, me referi que a lei não influi diretamente no plano.

Federico: deixar para o segundo semestre, faz sentido pois até lá a gente já estruturou a lei.

Bryan: acho que aceito a sugestão da Repórter Brasil. Estruturar protocolo para os equipamentos da SMADS para o atendimento do pós resgate. Esse GT vai pensar no fluxo de denúncias especificamente. O pós resgate fica para o segundo momento de GT, no segundo semestre. Todos de acordo?

Luis: fico preocupado em envolver outras secretarias pois esse processo pode ficar travado. Eu imagino que se tivermos um protocolo denso, pode não aplicar, apesar que isso sempre se aplica. Entendi que é só um termo ou uma cartilha.

Bryan: A cartilha de fato é mais adequada, cabe mais como uma reflexão de atendimento e saber acolher a denúncia, como encaminhar. Em casos x, encaminha para isso e outros encaminha para tais e tais lugares.

Thayna: Me preocupo quando li a palavra “protocolo” sobre o processo de Denúncia, pois eu pensei que estruturaria algum tipo de política pública. Mas penso também que seria importante fazer uma revisão dos protocolos já estruturados.

Rodrigo: a ideia é fazer com a SMADS. Não existe um protocolo exato da SMADS. O que temos são orientações do Ministério do Trabalho, num formato de fluxo. O esforço seria aqui de adaptar para o contexto de São Paulo. Por isso que desenho aqui essa possibilidade.

Núria: Talvez seja interessante, queria observar, que a SMADS vem faltando nas nossas reuniões então me parece adequado já ir pensando nisso.

Bryan: A gente tá revisando o Regimento justamente para poder cobrar pela presença e participação. A partir disso conseguimos tempo e espaço para avançar.

Núria: Fica como encaminhamento eu trazer essa tabela com as separações do

primeiro e segundo semestre.

Bryan: Fica como segunda sugestão a gente já fazer a formação do GT para a Cartilha.

Camila: acho importante sinalizar esses processos. Assim que passar o regimento interno, focalizar na parte de pós resgate e observar o que produzimos com a Cartilha.

Bryan: para a próxima reunião a gente compõe o GT de Denúncia. Para o Segundo Semestre a gente dá andamento na atividade do Pós Resgate. Se todos estiverem de acordo.

Núria: Então nasceu o planejamento. Próxima Pauta, apresentação do Regimento Interno.

Pauta nº 2: apresentação do Regimento Interno vigente e atualizado

Núria: eu encaminhei os dois Regimentos, o antigo de 2013 e a atualização de 2020 que não foi aprovado. Na última reunião decidimos ler esse regimentos e fazer comparações das mudanças realizadas. Trouxe essa comparação impressa para todos.

Em 2021, o Regimento Interno foi amplamente discutido, e ele já está muito maduro. Vai depender dos presentes escolher a minúcia da revisão, que pode levar mais tempo. O primeiro ponto de atenção que queria levantar é que o trabalho de atualização de RI se focalizou na simplificação e coesão da sua estrutura. E acredito que não precisamos nos debruçar neste ponto.

Em relação às mudanças de conteúdo, apresento nesta tabela comparativa em duas colunas destacando as mudanças. Vamos focar primeiro nas mudanças já realizadas entre os dois RI, essa é uma sugestão que pensei. A cada ponto, os membros podem apontar e se questionar sobre aspectos dessas mudanças. O membro pode dizer “destaque” e eu marco no ponto o nome do membro. As três modalidades de alteração são Adição, Substituição e Supressão. A partir disso, vamos fazer uma leitura integral do Regimento fazendo esses apontamentos. Posteriormente, a gente vai votar nessas mudanças. Na próxima reunião pensei que podemos nos debruçar sobre todos esses destaques.

Bryan: então, numa terceira reunião se aprovaria o documento como um todo. O intuito não é fazer um trabalho que já foi feito anteriormente. A intenção é observar as lacunas, as estruturas de membros da secretaria que algumas não existem mais.

É de fato um trabalho que já foi discutido durante dois anos. Acho que o momento de agora é só revisar e aprovar este regimento interno para poder seguir com outras prioridades, e finalizar um trabalho de dois anos. Camila, Roque e Natália da Repórter Brasil estavam, e temos memória institucional aqui e acho importante estruturação de elaboração do ambiente e da política.

Camila: Gostaria de endossar que os participantes que estruturaram o GT do

Regimento Interno tinham vasta experiência jurídica e para chegar nessa estrutura houve muitas consultas com o Jurídico.

Núria: alguma dúvida sobre esse processo? Vou expor no slide.

A plenária acompanha as mudanças e manifesta seus destaques. Ao todo, são feitos 13 destaques:

No art. 2º, inciso II, realizaram destaques: Bryan (SMDHC), Alcyr (SMDHC), Ricardo (SMS)

No art. 2º, inciso III, parágrafo 2º, realizaram destaques: Núria (SMDHC)

No art. 3º, inciso II, parágrafo 2º, realizaram destaques: Ricardo (SMS)

No art. 8º realizaram destaques: Roque (CAMI) e Alcyr (SMDHC)

No art. 9º, inciso X, realizaram destaques: Ricardo (SMS).

No art. 14º, realizaram destaques: Camila (Abit)

No art. 17º, parágrafo 2º, realizaram destaques: Bryan (SMDHC)

No art. 25º, parágrafo único, realizaram destaques: Bryan (SMDHC)

No art. 26º, parágrafo 1º, realizaram destaques: Bryan (SMDHC)

No art. 28º, realizaram destaques: Camila (Abit).

Finalização de indicação de destaques

Roque: Em caso da ausência das pessoas, seja titular ou suplente, não existe uma comunicação aos superiores? A pessoa faltou 2 vezes seguidas e a pessoa é eliminada, mas existe uma comunicação com o presidente?

Bryan: em caso disso, vai em processo da organização ter cuidado em suas ações.

Roque: Seria interessante comunicar antes da exclusão. Poderia dar o direito de informar a pessoa responsável da instituição sobre a ausência de seu representante. Se não houver justificativa do responsável superior, aí poderia partir para os termos de exclusão.

Bryan: podemos ver a inclusão dessa observação no Regimento.

Ricardo: Pode-se colocar a comunicação com o presidente ou representante após a segunda falta.

Bryan: na seção 3 secretaria executiva, inciso 3º. Talvez seja uma complementação no parágrafo deste artigo

Talita: queria aproveitar a ocasião para saber qual a situação da SMRI.

Núria: a SMRI está indicada enquanto composição do Poder Público pelo Decreto, mas não pelo Regimento Interno. O ideal é que ambas as composições do colegiado coincidisse. Mas como o Decreto que regulamenta a COMTRAE está por cima do Regimento, você tem poder de voto.

Bryan: meu destaque da formação é para que possamos refletir sobre a participação do poder público. Essa proposta que está na atualização é de quando a SMRI não estava vigente como Secretaria.

Camila: a questão da paridade, seria afetada?

Núria: Não, não pode ser afetada. Mas pode-se recorrer à substituição de uma outra secretaria.

Bryan: se manteria 10 do poder público e 10 organizações civis.

Núria: quero verificar as propostas do Regimento que não tiveram alteração.

Alcyr: Uma dúvida, a organização pode substituir seus representantes?

Núria: sim, apenas formalizando com um ofício.

Bryan: porém não dá para mudar a cada reunião a representação da organização.

Alcyr: o problema maior é as entidades não podendo votar por uma formalidade. O que regulamenta a COMTRAE é decreto ou portaria?

Núria: Decreto.

Alcyr: Então, é importante especificar isso no Regimento para funcionar.

Núria: Agora podemos passar à votação. Iremos votar para APROVAR os pontos que não tiveram destaques, ou seja, todo o documento, exceto os destaques, os quais serão discutidos na próxima reunião ordinária.

Alcyr: precisamos de 11 votantes aqui.

Núria: Então a gente não pode votar hoje.

Roque: faça um comunicado para a próxima reunião.

Alcyr: como não terminou o processo hoje, segue a leitura na próxima reunião.

Ricardo: se tinha no começo 11, vota e age referendo.

Núria: tinha 10, não tinha 11. Bom, a votação fica para a próxima reunião por falta de quórum em maioria absoluta.

Alcyr: como vai ter próxima reunião, vota-se na próxima.

Bryan: vai ser dado o encaminhamento que vamos votar os pontos do Regimento que tiveram observações.

Núria: na próxima reunião isso seguirá como Pauta, e também tem a formação do GT Denúncia.

Rodrigo: Será que não podemos formar o GT nesse período entre reuniões?

Camila: tem como fazer um convite mais caloroso? Seguir as organizações mais recomendadas para estruturar a Denúncia?

Bryan: iremos realizar um formulário google e as organizações interessadas poderão se inscrever. E na próxima reunião, formamos o GT. Vamos encerrar a reunião.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às **17h:14min** e, para constar, eu, **Jess Ferreira Silva**, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

Encaminhamentos

| N. | Descrição dos encaminhamentos | Responsável | Prazo |
|----|---|----------------------|----------------|
| 01 | Planilha com as atividades semestrais | Secretaria Executiva | Até 13/04/2023 |
| 02 | Encaminhar um formulário para reunir interessados em compor o GT Denúncia | Secretaria Executiva | Até 13/04/2023 |
| 03 | Mandar documento com os destaques indicados ao Regimento Interno | Secretaria Executiva | Até 13/04/2023 |



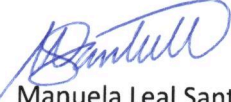

Membros (as) da COMTRAE/SP

Ata de Reunião - Página 11 de 13

Núria Margarit Carbassa
(Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)

Jess Ferreira Silva
(apoio Secretaria Executiva - CPMigTD/SMDHC)

| | | | | |
|---|--|---|--|--|
| 1 | Bryan Zelmar Sempertegui Rodas Presidente (a) | x | Laís Furtado Leite Vice - presidente(a) | |
| 2 | Ricardo Fernandes de Menezes Secretaria Municipal de Saúde | x | Cássia Liberato Muniz Ribeiro Secretaria Municipal de Saúde (suplente) | |
| 3 | Marcela Garcia Corrêa Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social | | Matheus Martinez Crepaldi Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (suplente) | |
| 4 | Vanessa Ferraz de Mello Secretaria Municipal de Subprefeituras | | Patrícia Vieira Costa Secretaria M. de Subprefeituras (suplente) | |
| 5 | Rogério Gonçalves da Silva Secretaria Municipal de Educação | x | Gláucia Cristine Silva Burckler Secretaria M. de Educação (suplente) | |
| 6 | Luiz Carlos Lopez Secretaria M. da Pessoa com Deficiência | | Raquel Vazquez Paulino S. M. da Pessoa com Deficiência (suplente) | |
| 7 | Vinicius da Silva Alexandre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho | | Karina Yumi Guimarães Miyamoto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (suplente) | |
| 8 | Talita Vieira Antonio Secretaria M. de Relações Internacionais | x | Camila Gomes de Assis Secretaria M. de Relações Internacionais | |
| 9 | Jorge Gustavo Pinna Rodrigues Secretaria M. de Inovação e Tecnologia | | Tabata Sousa da Luz Ribeiro Secretaria M. de Inovação e Tecnologia | |

| | | | | |
|---|--|---|---|---|
| 1 |  Camila Cristina Zelezoglo Abit (Soc. Civil) | X | Rosane Ramos dos Santos Tanabe Abit (Soc. Civil - suplente) | |
| 2 |  Federico Marti da Rosa Fornazieri CDHIC (Soc. Civil) | X |  Manuela Leal Santullo CDHIC (Soc. Civil - suplente) | X |
| 3 | ◀ Roque Renato Pattusi CAMI (Soc. Civil) | X |  Antônio Alves de Almeida CAMI (Soc. Civil - suplente) | X |
| 4 | Aparecida Carmelita de Sousa Sindicato das Costureiras (Soc. Civil) | X | Sindicato das Costureiras (Soc. Civil - suplente) | |
| 5 | Júlia Mello Neiva CONECTAS (Soc. Civil) | | Fernanda Drummond Pinheiro CONECTAS (Soc. Civil - suplente) | |
| 6 | Luiz Everaldo Vargas Duplat Filho AMATRA-2 (Soc. Civil) | X | Flávia Ferreira Jaco de Menezes AMATRA-2 (Soc. Civil - suplente) | |
| 7 | Edmundo Lima ABVTEX (Soc. Civil) | | Angela Bozzon ABVTEX (Soc. Civil - suplente) | X |
| 8 | Natália Suzuki Repórter Brasil (Soc. Civil) | | Victória Perino Rosa Repórter Brasil (Soc. Civil - suplente) | |
| 9 | Mércia Consolação Silva INPACTO (Soc. Civil) | | Paola Coelho Gersztein INPACTO (Soc. Civil - suplente) | |